



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)



PROCESSO SELETIVO 2013

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados da especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados da especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados da especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7

1 “Rato, rato, rato!” Ao ouvir esse grito na cidade do
Rio de Janeiro no início do século XX, nada de olhar para o
chão nem ficar em um pé só. O melhor seria correr atrás do
4 rato, dar-lhe uma paulada e entregá-lo ao “ratoeiro”, provável
autor do grito. Esse funcionário pagava a quem recolhesse
ratos na rua e revendia os animais para o governo.
7 Introduzida por Oswaldo Cruz, então à frente da
Diretoria-Geral de Saúde Pública, essa simples iniciativa
tirou de circulação mais de 1,6 milhão desses animais entre
10 1903 e 1907, diminuindo os casos de peste bubônica. Mas
também aguçou a malandragem dos cariocas: muitos
chegaram a fabricar ratos de papelão e cera para vender.
13 Os “ratoeiros” foram criados por um decreto de
setembro de 1903. Tinham como obrigação recolher 150
ratos por mês, pelos quais recebiam 60 mil-réis, o que
16 serviria para comprar uma cesta básica na época. O salário,
considerado baixo, era um estímulo para que capturassem
19 mais ratos, já que recebiam 300 réis por animal excedente, o
que permitia comprar três cafezinhos.
Alguns cariocas aproveitavam também para levar
vantagem no referido comércio. Criavam os roedores em
22 currais e até os “importavam” de cidades vizinhas, como
Niterói. Entre os animais incinerados no Desinfetório
Central estavam alguns feitos de papelão e cera.
25 No entanto, os números comprovam que a campanha
foi um sucesso. Nos primeiros meses em que esteve em vigor,
de setembro a dezembro de 1903, de acordo com relatórios
28 de Oswaldo Cruz, foram capturados e incinerados mais de 24
mil ratos. Em 1907, quando a operação começou a diminuir,
foi divulgado o número oficial de 1,6 milhão de ratos
31 incinerados nos quatro anos anteriores.
Toda essa caça teve resultados positivos: à medida
que o número de ratos diminuía na cidade, a quantidade de
34 óbitos por causa da peste declinava progressivamente,
passando de 360 em 1903 para 73 em 1907. Mesmo com
muita gente querendo se aproveitar da epidemia, a política foi
37 um sucesso para a saúde pública.

Dilene R. do Nascimento e Matheus A. D.
da Silva. **Caça ao rato**. In: Internet:
<www.revistadehistoria.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 As aspas, em todas as suas ocorrências no texto, foram empregadas com a mesma função.
- 2 Infere-se do texto que a política de desratização instituída por Oswaldo Cruz concorreu para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro.
- 3 O ardil de vender ratos falsos ou trazidos de outras localidades para aumentar a renda é tratado, no texto, como uma expressão do estereótipo do malandro carioca no início do século XX.
- 4 Infere-se do texto que há uma relação entre a infestação de ratos no RJ e a saúde da população carioca, de forma que, quanto maior era a quantidade de ratos, mais alta era a incidência de peste bubônica.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto e deve ser julgado certo se, além de preservar o sentido original do texto, a reescrita estiver gramaticalmente correta, ou errado, em caso contrário.

- 5 “tirou de circulação mais de 1,6 milhão desses animais entre 1903 e 1907” (ℓ.9-10): fez que mais de 1,6 milhões desses animais fossem retirados de circulação entre 1903 e 1907.
- 6 “Nos primeiros meses (...) mais de 24 mil ratos” (ℓ.26-29): Nos primeiros meses de sua vigência, de setembro a dezembro de 1903, consoante relatórios de Oswaldo Cruz, capturou-se e incinerou-se mais de 24 mil ratos.
- 7 “Mesmo com muita gente querendo se aproveitar da epidemia” (ℓ.35-36): Conquanto houvesse muita gente querendo se aproveitar da epidemia.

1 Mais da metade da população brasileira não tem rede de
tratamento de esgoto. Na classificação do saneamento básico
divulgada pelo Instituto Trata Brasil, cinco das seis cidades onde
4 o problema é mais grave estão na região Norte — Porto Velho,
Macapá, Belém, Santarém —, e a cidade que se encontra em pior
situação é a segunda maior do Pará, Ananindeua.

7 Em Ananindeua, vivem mais de 470 mil pessoas. A
maioria das residências possui fossa séptica, mas quem não tem
esse recurso descarta os dejetos diretamente nos valões.

10 “Dá para perceber que o esgotamento sanitário não foi
priorizado ao longo dos tempos. Não foi priorizado na parte do
planejamento, na gestão e, principalmente, em investimento”,
13 declara José Almir Pereira, engenheiro sanitário da
Universidade Federal do Pará.

A prefeitura de Ananindeua alega que encontrou obras
16 paradas da gestão anterior, mas garante que já retomou os
serviços e vai investir R\$ 170 milhões em projetos de
saneamento.

19 Já Uberlândia é exemplo para o Brasil no tratamento de
esgoto, pois 99% da cidade tem saneamento básico. O único
esgoto que não é coletado é do setor de chácaras, porém todo
22 mundo tem a responsabilidade de tratá-lo.

Fabiano Villela e Fernanda Vieira. **Ananindeua, no Pará, tem a pior rede de tratamento de esgoto do Brasil**. In: Internet:
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, referentes ao texto acima.

- 8 O emprego do acento em “Uberlândia” e “água” justifica-se com base na mesma regra ortográfica.
- 9 Infere-se do texto, predominantemente informativo, que, apesar de haver localidades com sistema eficiente de tratamento de esgoto no Brasil, o saneamento básico ainda é um problema de saúde pública no país.
- 10 A forma verbal “possui” (ℓ.8) poderia ser flexionada no plural sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 11 As orações iniciadas pelo termo “que”, nas linhas 5 e 15, exercem, nos períodos em que ocorrem, função sintática idêntica.
- 12 Os termos “mas” (ℓ.16) e “porém” (ℓ.21) introduzem, nos períodos em que ocorrem, uma ideia de oposição a uma ideia anterior e têm a função de unir orações com o mesmo sujeito em seus respectivos períodos.

Julgue os itens seguintes, à luz das prescrições do **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 13 O tratamento usado em comunicações dirigidas a reitor de universidade é: Vossa excelência reverendíssima.
- 14 Uma das funções do fecho nas comunicações oficiais é saudar o destinatário.
- 15 Para formatação do aviso, utiliza-se como modelo o padrão ofício.

Acerca de informática, julgue os próximos itens.

- 16 Os certificados digitais contêm uma chave pública, informações acerca da identidade do remetente de uma mensagem e a assinatura da autoridade certificadora que gerou o certificado.
- 17 Um *firewall* é utilizado para controle de acesso lógico, bloqueando todos os arquivos infectados com vírus e programas maliciosos que tentam infiltrar-se em uma rede ou computador.
- 18 O sistema operacional, além de controlar o armazenamento dos dados, é visível ao usuário por meio das interfaces de gerenciamento de recursos do computador, como memória, periféricos e CPU.
- 19 O histórico da navegação realizada por um usuário do Internet Explorer pode ser visualizado por outros usuários da máquina, embora somente possa ser apagado por usuários com privilégio de administrador.
- 20 O compartilhamento de uma pasta por meio do Windows Explorer a torna visível para usuários conectados a determinados tipos de rede, quais sejam: grupo doméstico, grupo de trabalho ou domínio.

Considerando as bases legais do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os itens a seguir.

- 21 Para que um município receba recursos do Fundo Nacional de Saúde, ele deve atender a diversos requisitos previstos em lei. Se esses requisitos não forem atendidos, o recurso será repassado para outro município, conforme as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- 22 Um paciente poderá receber atendimento médico pelo SUS em seu domicílio, desde que haja indicação médica para tanto e concordância do paciente e da família.
- 23 Considere que uma parturiente, atendida em serviço de saúde de rede conveniada ao SUS, tenha requerido que seu cônjuge a acompanhasse durante o trabalho de parto e que seu pedido tenha sido negado pelo médico plantonista sob a alegação de que não havia cobertura prevista para isso no SUS. Nessa situação, a ação do médico foi ilegal, pois uma rede conveniada ao SUS é obrigada a permitir a presença de acompanhante, não só durante o parto, mas também no pós-parto imediato.

Com base na legislação aplicada à FUNASA, julgue os itens que se seguem.

- 24 Sendo a FUNASA uma entidade vinculada ao Ministério da Saúde, o estabelecimento de um convênio internacional com essa fundação não poderá ser firmado pelo seu presidente, cabendo ao ministro essa atribuição.
- 25 Rendimentos de aplicação no mercado financeiro podem constituir receita da FUNASA.

No que se refere ao conceito, à organização e aos princípios da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Se uma pessoa tomar posse em cargo público em razão de aprovação em concurso público e, por ser filiado a um partido político, sofrer perseguição pessoal por parte de seu superior hierárquico, poderá representar contra seu chefe por ofensa direta ao princípio da impessoalidade.
- 27 O modelo de partição dos poderes no Brasil, embasado na noção de pesos e contrapesos, admite o exercício de uma função típica de um poder por outro, fato que permite ao Poder Executivo o exercício da função jurisdicional quando julga e pune seus próprios servidores.

Acerca de responsabilidade civil da administração pública e improbidade administrativa, julgue o item abaixo.

- 28 Considere que um cidadão tenha falecido ao colidir seu veículo com uma viatura da polícia militar devidamente estacionada no posto policial, e que exame laboratorial demonstrou que o indivíduo conduzia seu veículo sob o efeito de bebidas alcoólicas. Nessa situação, o poder público será isento de responsabilidade, visto que houve participação total do lesado na ocorrência do dano.

Com relação à disciplina jurídica dos serviços públicos e do controle legislativo, julgue os próximos itens.

- 29 Os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Estado ou por seus delegados, sob o regime jurídico total ou parcial de direito público.
- 30 O controle legislativo é a prerrogativa atribuída ao Poder Legislativo de fiscalizar o Poder Executivo, ressalvados os atos praticados pelos presidentes de empresas públicas e sociedade de economia mista, em razão de sua natureza eminentemente empresarial.
- 31 Considere que uma pessoa ocupante de cargo em comissão em determinada fundação pública tenha sido presa em flagrante, durante operação da polícia federal, por desvio de dinheiro público. Nessa situação, essa pessoa responderá criminalmente por esse ato e poderá ser destituída do cargo. Entretanto, ela estará isenta das sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa, as quais são aplicadas somente aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

Julgue os itens a seguir com relação aos atos administrativos, ao processo administrativo e aos poderes administrativos.

- 32 Se a FUNASA desejar alugar um edifício de apartamentos para acomodar novos servidores, o contrato de locação, em razão do evidente interesse público, será considerado ato administrativo, mesmo que o contrato seja regido pelo direito privado.
- 33 Considere que um servidor tenha sido demitido do serviço público por meio de ato de autoridade incompetente. Nessa situação, o ato administrativo poderá ser invalidado tanto pela administração como pelo Poder Judiciário.
- 34 Em razão da incidência das garantias constitucionais, vige no processo administrativo o princípio da verdade formal, isto é, as decisões em processo administrativo devem limitar-se ao que as partes demonstrarem no procedimento, evitando-se decisões arbitrárias.
- 35 O poder de polícia administrativa é prerrogativa conferida à administração pública que lhe permite condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, independentemente de ordem judicial, visando ao interesse público. Esse poder é exercido pela polícia civil, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, e pela polícia federal, em se tratando de interesses da União.

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes, com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF).

- 36 Plebiscito e referendo são formas de exercício direto da soberania popular e expressam os contornos do regime democrático brasileiro, o qual possui tanto elementos de uma democracia direta quanto de uma democracia representativa.
- 37 Embora possua um núcleo imutável, também chamado de cláusulas pétreas, a CF é classificada como semirrígida, dada a possibilidade de alteração de seu texto por meio de emenda.
- 38 Por meio do poder constituinte derivado, emendou-se a CF, a fim de estabelecer que todos os tratados e convenções sobre direitos humanos, dos quais o Brasil for signatário, serão recepcionados automaticamente como emendas constitucionais.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da organização político-administrativa e da administração pública.

- 39 O servidor público estável cujo cargo for extinto, por meio de lei, perderá sua função pública, mas deverá ser indenizado na proporção dos anos trabalhados.
- 40 Nos termos da CF, os territórios federais não são considerados entes federativos, isto é, não gozam de autonomia política, mas integram a União e possuem natureza de mera autarquia.
- 41 Considere que um estado-membro pretenda legislar sobre matéria de interesse público de competência concorrente da União. Se, em análise realizada pela assembleia legislativa, for constatada a inexistência de lei federal que trate de normas gerais a respeito da matéria, o estado-membro poderá exercer a competência legislativa de forma plena tratando, inclusive, sobre normas gerais.
- 42 A paridade plena entre servidores ativos e inativos constitui garantia constitucional, de forma que quaisquer vantagens pecuniárias concedidas aos servidores ativos estendem-se aos inativos.

Em relação ao Poder Executivo e às funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

- 43 Em razão dos princípios da unidade e da indivisibilidade, não se permite o ajuizamento de ações civis públicas por terceiros nos casos em que o Ministério Público for legitimado para propô-las.
- 44 A Advocacia-Geral da União é instituição essencial à justiça, sendo uma de suas principais funções a representação judicial e extrajudicial da União, englobando-se, portanto, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- 45 A Constituição Federal atribui amplo rol de competências privativas ao presidente da República, podendo algumas delas ser delegadas aos ministros de Estado.

Os convênios celebrados por um órgão enquadram-se em uma das seguintes situações:

- em execução: quando o conveniente ainda não está obrigado a prestar contas ao concedente;
- aguardando prestação de contas: quando, após o período de vigência do convênio, o conveniente tem determinado prazo para prestar contas;
- prestação de contas em análise: quando, após a entrega da prestação de contas pelo conveniente, o órgão concedente tem determinado prazo para analisar;
- concluído: quando a prestação de contas foi analisada e aprovada;
- em instrução de tomada de contas especial (TCE): quando a prestação de contas foi analisada e rejeitada.

Considere que, dos 180 convênios celebrados pelo referido órgão neste ano, 21 estão concluídos, 10 estão em fase de instrução de TCE, 35 estão com a prestação de contas em análise, 80 estão em execução e o restante está aguardando prestação de contas. Com base nessas informações, julgue os itens de 46 a 48.

- 46 Mais de 30 convênios já tiveram suas prestações de contas analisadas.

- 47 O complementar do conjunto dos convênios que estão aguardando prestação de contas tem mais elementos que o complementar do conjunto dos convênios em execução.
- 48 Se dois convênios entre aqueles celebrados pelo órgão neste ano forem selecionados ao acaso, a probabilidade de que ambos estejam em instrução de TCE será superior a 0,35%.

Considere que, durante uma discussão entre dois servidores de determinado órgão acerca da regularidade da prestação de contas de um convênio, tenham surgido as seguintes colocações:

- C1: Se nós aprovarmos a prestação de contas, mas o tribunal a rejeitar, nós seremos obrigados a instaurar a TCE.
- C2: Se nós rejeitarmos a prestação de contas, mas o tribunal a aprovar, nós seremos obrigados a cancelar a TCE.

Considerando as sentenças acima e que “não aprovar” seja equivalente a “rejeitar”, julgue os próximos itens.

- 49 Se as proposições “O tribunal rejeita a prestação de contas” e “Seremos obrigados a instaurar a TCE” forem verdadeiras, então a proposição C1 será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “Nós aprovamos a prestação de contas”.
- 50 Se as proposições C1 e C2 forem verdadeiras, então a proposição “Seremos obrigados a instaurar ou a cancelar a TCE” também será verdadeira.

RASCUNHO